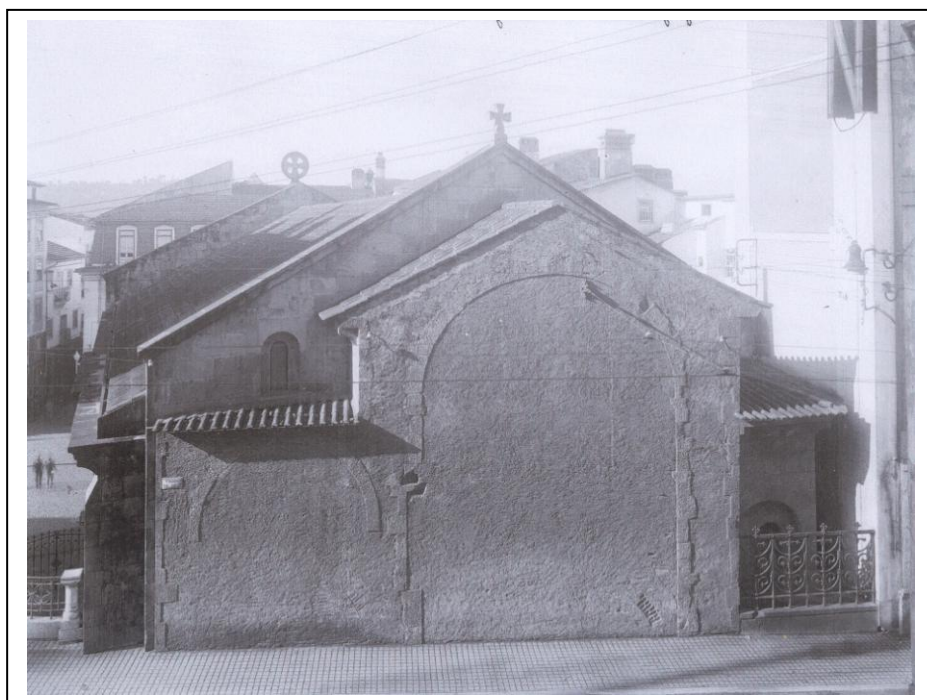


DA LEGITIMIDADE DA CORRECÇÃO DO RESTAURO EFECTUADO NA IGREJA DE S. TIAGO EM COIMBRA



Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

Mestrado em História da Arte

Seminário: “Património e Teorias do Restauro”

Docente: Prof. Doutora Regina Anacleto

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2006

Índice

1. Cronologia da Igreja de São Tiago	3
2. Localização da Igreja de São Tiago	4
3. O estilo românico de Coimbra: o românico A e o românico B	5
4. O arco de S. Tiago	6
5. O alargamento da Rua de Coruche	7
6. A primeira tentativa de restauro, falhada (1909)	8
7. O restauro da D.G.E.M.N. (1929-1935)	8
8. Cartas internacionais para a conservação do património	9
9. Diplomas legais para a conservação do património construído	12
10. Aplicação dos princípios para a conservação do património ao caso em estudo	12
10.1. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta de Atenas de 1931	12
10.2. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta de Veneza, de 1964	13
10.3. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975	14
10.4. Aplicação ao caso em estudo da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1998	14
10.5. Aplicação ao caso em estudo da Carta de Cracóvia de 2000	15
11. Aplicação dos diplomas legais para a conservação ao caso em estudo	16
11.1. Aplicação ao caso em estudo da Lei de Bases do Património Lei 107/2001 de 8 de Setembro	17
11.2. Aplicação ao caso em estudo do Plano Director Municipal e Regulamento Municipal (R.M.U.E.)	17
12. Da legitimidade de nova intervenção em S. Tiago	17
12.1. Reposição da totalidade da cabeceira	17
12.2. Correção do nível de acesso através de elementos de arquitectura urbana	17
12. Fontes e bibliografia	18
12.1. Fontes	18
12.1.1. Manuscritas e dactilografadas	18
12.1.2. Impressas	18
12.2.3. Icononímicas	18
12.2. Bibliografia	18
12.2.1. Livros	18
12.2.2. Publicações periódicas	19
12.2.3. Artigos	20

DA LEGITIMIDADE DA CORRECÇÃO DO RESTAURO EFECTUADO NA IGREJA DE S. TIAGO EM COIMBRA

1. Cronologia da Igreja de São Tiago

- Nos finais do séc. XI/ início de XII, existia uma edificação romano-bizantina, da qual ainda estavam inteiros dois pórticos, em 1894¹. Em 1131 aparece referida tendo por prior um D. Onorio². Até 1183 esteve sujeita ao Arcebispo de Compostela, e a partir daí passou a pertencer ao bispo conimbricense³.
- Foi sagrada sob a designação de basílica em 1206, devido a profanação, reparação ou reconstrução⁴.
- Em 1500, D. Manuel funda a Misericórdia em Coimbra⁵. E, em 1526, esta muda-se para o celeiro da Igreja Paroquial de São Tiago⁶. Em 3 de Junho de 1546 é lançada a primeira pedra da Igreja Velha da Misericórdia sobre uma das naves de S. Tiago, concluída em 1549, com capelas, retábulos e varanda de João de Ruão. No entanto acontecem divergências com a paróquia, e saiem⁷, e em 1571 começam mesmo a construir outro edifício na mesma praça, mas em 1587 suspendem os trabalhos⁸. Voltam a S. Tiago em 1589⁹. São retomadas as obras¹⁰. Deu-se a deformação da frontaria com o acrescento de dois pisos. A rosácea é rasgada e convertida em janela de sacada. Em 1772 vão para a Sé Velha, mas pouco depois voltam para São Tiago. De facto, a Misericórdia tinha tido várias localizações, mas acabava sempre por voltar¹¹. No séc. XVIII nova reforma desfigurou-lhe completamente as naves interiores, tendo as suas paredes sido todas estucadas¹².
- Em 1841 a Misericórdia vai definitivamente para o Colégio da Sapiência, junto com o Colégio dos Órfãos¹³.
- Em 1858, quando a Câmara procede ao alargamento da “tortuosa, escura e estreitíssima” Rua do Coruche¹⁴, para a converter na actual Visconde da Luz, as absides da capela-mor e laterais foram cortadas, e portanto as proporções da planta inteiramente alteradas. Além disso não se respeitou a

¹ *Coimbra Monumental. A igreja de Sant'Iago*, “Ilustração Portuguesa”, 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909, p.369.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Informação retirada de exposição da Santa Casa da Misericórdia, Novembro 2005.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942, p.175.

⁹ Informação retirada de exposição da Santa Casa da Misericórdia, Novembro 2005.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escriptorio, 1894, p.37.

¹³ Informação retirada de exposição da Santa Casa da Misericórdia, Novembro 2005.

¹⁴ D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, Coimbra, p.37-38.

disposição da antiga escadaria que dava acesso à porta principal, tendo sido introduzida como que uma escadaria “em trono”.

- Em 1861, é demolida a Capela-mor de São Tiago e parte do Adro da Misericórdia Velha. Para restabelecer o acesso às instalações, constroem-se umas escadas e um patim gradeados¹⁵.

- A antiga Igreja da Misericórdia vem a ser demolida em 1908. Em 1930, a igreja é visitada por um conjunto de especialistas, no sentido de serem tomadas opções para o restauro¹⁶. No entanto o restauro só se conclui em 1935, pelos Monumentos Nacionais¹⁷.

2. Localização da Igreja de São Tiago

Razões topográficas exigiram a construção das igrejas medievais nos lugares em que se encontram¹⁸.

O morro da primitiva cidade de Coimbra despega-se das outras colinas pelo colo dos Arcos do Jardim, donde partem os dois vales que o delimitam: o de Santa Cruz e o do Jardim Botânico. Saia um córrego médio do Marco da Feira, corria pela rua que depois tomou o nome de Rêgo-de-Água, depois, já mais volumoso e veloz na Rua das Covas, desfazia-se em espuma nas rochas do Quebra-Costas, e avançava já torrente pelo sítio onde será depois a Porta de Almedina, espraçando-se e depositando os materiais carregados na parte baixa da cidade, juntando-se aos aluviais do Mondego, que iam formando os diversos “arnados” que são o substrato do arrabalde antigo¹⁹.

De facto, esta topografia é tão intrínseca que, nas grandes tempestades, a Natureza às vezes repõe o que o homem alterou. E assim aconteceu em 14 de Junho de 1411, em que foi tal a quantidade de água e o volume dos materiais transportados, que arrancou as portas chapeadas de ferro da cidade²⁰.

Temos assim uma linha de córrego que separa em duas partes, a antiga Almedina²¹. Seguiu, este córrego, um traçado que se aproximava bastante de uma recta e que agora está cortada pelo ângulo sudoeste do embasamento romano do Museu Machado de Castro e depois esquina noroeste da Sé²².

Do outro lado, o vale de Santa Cruz contorna a colina, com grande bacia de recepção pluvial. O vale tinha uma corrente contínua de águas, riacho que antes do seu encanamento pelas obras de Santa Cruz, tinha pelo menos um pontão e cuja corrente movia moinhos em várias épocas²³.

Delimitava pois, esse ribeiro, do lado norte, o arrabalde com forma de triângulo²⁴, e com duas igrejas: São Bartolomeu e São Tiago. Ora, quais as razões topográficas da existência de duas

¹⁵ Informação retirada de exposição da Santa Casa da Misericórdia, Novembro 2005.

¹⁶ *Igreja de S. Tiago (Coimbra)*, “Ilustração Moderna”, 5ºano, número 41, Porto, 1930, p.71-72.

¹⁷ Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

¹⁸ GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Coimbra, Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1944, p.18-19.

¹⁹ Idem, p.20.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Idem, p.28.

²⁴ Ibidem.

freguesias em tão pequeno arrabalde? O córrego médio da parte alta da cidade, cavado, não pela acção de águas contínuas, mas sim das de género torrencial, tinha à porta de Almedina como que o seu canal de transporte. O cone de depósitos devia ocupar, na sua maior estreiteza o espaço sensivelmente entre a R. das Solas e a das Azeiteiras²⁵. Assim, quando o homem começou a construir no arrabalde, essas águas torrenciais obrigaram a repartir o povoado em dois grupos populacionais, com duas igrejas que até eram de padroado diferente.

Sabe-se da existência de São Bartolomeu no séc. X, na primeira reconquista, apesar dos restos mais antigos, até hoje encontrados, serem do séc. XII, do período afonsino. O edifício actual data do séc. XVIII²⁶. Quanto à Igreja de São Tiago é do fim do XII, princípio do XIII, do reinado de D. Sancho. Sabe-se, no entanto, que houve uma construção anterior de que nada se conhece, sendo bastante provável que remonte à primeira reconquista²⁷.

3. O estilo românico de Coimbra: o românico A e o românico B

A ciência dos arquitectos medievais não possuía o rigor matemático dos da renascença, era empírica, formada de tentativas que lhes davam aproximações, e que se iam acumulando através de gerações²⁸. No entanto, uma das características do **segundo românico de Coimbra (românico B)** é a sua **unidade**. É uma unidade de formas, como esta, só costuma acontecer quando a arquitectura é produto de uma evolução local, com bases comuns e influências idênticas²⁹. Ora, em Coimbra, não foi o resultado de qualquer evolução local, aparecendo em plena maturação, com todos os recursos artísticos. Ter-se-ia dado uma emigração de artistas duma determinada escola, duma oficina ou oficinas da mesma região³⁰?

ROMÂNICO A

S. João de Almedina (1129 – 1131) - A sua arquitectura e escultura decorativa colocam-na à parte e em época anterior ao românico típico de Coimbra, correspondendo à primeira fase do românico nesta cidade (com uma forma ainda algo rude de tratar a alvenaria³¹).

ROMÂNICO B

Sta. Cruz (1131-meados do século) - Com a construção de Santa Cruz, aparece, por volta de 1131, um grande arquitecto, Roberto, e alguns canteiros com novos processos³². O românico típico de Coimbra, apelidado de românico B, teve em Santa Cruz o seu laboratório, ali se criando fórmulas

²⁵ Idem, p.29-30.

²⁶ Idem, p.30.

²⁷ Idem, p.30.

²⁸ GONÇALVES, António Nogueira, *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938, p.149.

²⁹ Idem, p.139.

³⁰ Ibidem.

³¹ GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, p.32.

³² Idem, p.35.

arquitectónicas que se haviam de repetir, como aconteceu no portal da Sé Velha³³, sendo depois esta o seu exemplar de primeira, levantada entre 1162 e 1184³⁴.

S. Salvador (1179) – executada por arquitectos menores do românico B³⁵. Assim, S. Salvador, contemporânea da Sé, mostra os recursos dos artistas nacionais, educados pelos estrangeiros e entregues a si próprios.

Sé Velha (1184) - Roberto vai, mais tarde, orientar a reconstrução da Sé, à distância, com a mesma equipa de canteiros que tinha sido trazida de Espanha para Santa Cruz, sendo sagrado o seu altar em 1184³⁶.

S. Tiago (1209) - O edifício actual de S. Tiago não deve ser o primeiro: existe documentação que prova a existência de um edifício religioso bastante anterior, na posse de Compostela. De facto, na primeira reconquista de Coimbra, dos sécs. IX-X, Santiago de Compostela possuía no território coimbrão diversas propriedades³⁷. A carta de demarcação da freguesia de Santa Cruz, menciona-a em 1137³⁸. O edifício actual foi sagrado já no séc. XIII, no ano de 1206³⁹.

Ainda no estilo românico B, indica o fim da fase coimbrã do estilo, o seu declínio, e não transição⁴⁰. Em São Tiago vemos a evolução da obra dos aprendizes nacionais, correspondendo a um período de difusão, já na época de D. Sancho⁴¹. Copiaram e interpretaram, com rudeza, a obra anterior, não utilizando as novas fórmulas que já então se praticavam.

De período muito posterior é a entrada da capela lateral, que junto com uma abóbada esquecida num recanto de Santa Cruz, são apontamentos preciosos de quatrocentos, uma vez que da arquitectura desse período pouco nos chegou⁴². Sobre o arco, de finos colunelos, folheados capitéis e delicadas molduras, levanta-se uma decoração flamífera, parecendo todo o portal arder em chamas que, subindo, vão morrer na faixa ondeante terminal, ao passo que floridos cordões cercam a composição, como que prenunciando que à chama final do gótico iria suceder a primavera da renascença⁴³.

4. O arco de S. Tiago

³³ GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, p.36.

³⁴ GONÇALVES, António Nogueira, *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*, p.131.

³⁵ Idem, p.134.

³⁶ Idem, p.135-136.

³⁷ Idem, p.121.

³⁸ Idem, p.122.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Idem, p.135.

⁴¹ GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, p.36-37.

⁴² GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, p.43.

⁴³ Idem, p.43-44.

Na antiga Rua da Calçada, havia antigamente um peitoril, junto do qual seguia uma rua em direcção à Igreja de São Tiago e à Praça de São Bartolomeu, referidos, ambos, numa carta de D. Manuel, em 1512⁴⁴.

Para dar acesso à igreja da irmandade da Misericórdia, principiada a edificar em 1546, foram construídas duas escadas: a principal, do lado de nascente, pouco mais ou menos no ponto de ligação entre as ruas de Coruche e Calçada; e a outra do lado do sul, para dar comunicação da rua da Calçada, para a praça travessa da Igreja da Misericórdia. Esta última foi a segunda a ser construída, só em 1770, devendo ser da mesma época o Arco de São Tiago, feito para sobre ele assentar a escada referida. Permitia assim que não fosse interrompida ou dificultada a passagem na rua, que em rampa, partia da Calçada para a Praça de S. Bartolomeu⁴⁵.

A Igreja de São Tiago tinha uma pequena sacristia e adro anexo, junto à porta lateral do lado do sul. Como a colegiada permitira à Misericórdia a construção de uma escada sobre esse adro, para dar também acesso às dependências da sua igreja, a Misericórdia retribuiu e mandou construir, uma nova sacristia na Igreja de S. Tiago, sendo lançada a primeira pedra em 1770⁴⁶.

Deve, portanto o arco de S. Tiago ter sido construído nessa mesma época⁴⁷.

Este arco veio a ser demolido por ocasião do alargamento da Rua de Coruche, hoje Visconde da Luz, em finais de 1858⁴⁸.

5. O alargamento da Rua de Coruche

A Rua de Coruche aparece já citada num documento do cabido em 1374, e numa carta de D. Pedro I de 1374, onde é designada do Coruchy⁴⁹. Em documentos de 1552 ainda se considerava a estreita e tortuosa Rua do Coruche como sendo uma das boas ruas da cidade⁵⁰. A primeira tentativa para alargamento da Rua de Coruche data ainda do séc. XVIII: em 1772, antes do Marquês de Pombal vir a Coimbra proceder à reforma da Universidade, foi estudado o assunto e elaborado um projecto⁵¹. Existe desenhada a entrada da Rua do Coruche no “Mappa Topographico da Praça de Samsão”, elaborado em 1796 pelo arquitecto José Carlos Magne⁵². Solicitado já em 1835, o alargamento só veio a realizar-se em 1858, passando a Rua de Coruche a designar-se de Visconde da Luz⁵³, e sendo a cabeceira da igreja de São Tiago barbaramente truncada em nome do progresso. De facto a vetusta igreja, já ao tempo tão descaracterizada, não o merecia⁵⁴!

⁴⁴ CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942, p.174.

⁴⁵ Idem, p.176-177.

⁴⁶ Idem, p.177.

⁴⁷ Idem, p.178.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, p.111.

⁵⁰ Idem, p.112.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Idem, p.111.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Idem, p.2.

6. A primeira tentativa de restauro, falhada (1909)

Desde 1841 que a Igreja de São Tiago pertencia à Câmara, que em 1899, propôs à Junta da paróquia de S. Bartolomeu a suspensão de obras que aí se levavam a cabo, no sentido de se chegar a acordo sobre a sua expropriação, e se poder melhorar a parte baixa da cidade, visto ser “um templo sem valor arquitectónico” e poder o culto passar a fazer-se na igreja de São Tiago⁵⁵.

Em 1909, o crítico de arte Sr. A. Gonçalves, referindo-se a S. Tiago, dizia⁵⁶: “No interior, reformas e acréscimos avassalaram a obra antiga, mais que suficientes para a completa deturpação da sua compleição fisionómica e orgânica. No exterior, por sobre a igreja, foram acumuladas uma outra igreja e construções pesadas, de tal forma irracionais, que só por circunstâncias fortuitas de equilíbrio se podiam manter. E contudo a sua estrutura era tão simples e sóbria, que esses vandálicos desastres não conseguiram apagar os elementos fundamentais e predominantes da sua traça primitiva. Tão simples que apesar da aparência desvalida de ruínas, pouco vem a faltar para a sua reintegração completa”⁵⁷. Foi de facto nessa ocasião (1909) que a Câmara mandou expropriar e demolir as “construções inverosímeis que por todos os lados comprimiam e desfiguravam a fábrica românica”⁵⁸, e tentou-se a “reconstituição e o restauro da igreja”, sendo demolidos os “acrécimos” ao templo, mas infelizmente os trabalhos não obedeceram a uma orientação segura, tendo-se praticado “erros de difícil remédio”⁵⁹. Sobre o seu estilo arquitectónico dizia ainda o Sr. A. Gonçalves: “O programa da construção é realmente singular, bem diverso dos tipos românicos de Coimbra, existentes e desaparecidos, cuja traça é conhecida. Em resumo: forma basilical; três naves, ausência de arcos, colaterais; cobertura de madeira, de duas vertentes, suportada por colunas robustas, monocilíndricas, de grande módulo, em que o ábaco circular exerce a função de capitel. Somente os suportes terminais, fronteiros aos espaços interabsidais, são pilares com meias colunas adossadas nas faces. Esta disposição original e anómala, entre nós, posta a descoberto, foi ao princípio incompreendida e lançou a perturbação e desconfiança nos espíritos incertos”⁶⁰.

Mas depois esgotou-se a verba e as obras não se concluíram, tendo ficado assim mais de vinte anos!

7. O restauro da D.G.E.M.N. (1929-1935)

Em 1930 reuniram-se em São Tiago vários especialistas, para tentarem em conjunto, numa verdadeira equipa pluridisciplinar, tomar opções quanto às linhas mestras a seguir no restauro da Igreja. Nas fotografias vemos o Sr. A. Gonçalves, o Director dos Monumentos Nacionais do Norte, o arquitecto Sr. Baltazar de Castro, José Vilaça, o Director da Escola Industrial de Coimbra Silva Pinto, e o artista Lourenço de Almeida⁶¹.

⁵⁵ Manuscritos de J.P.L. em biblioteca particular.

⁵⁶ *Igreja de S. Tiago (Coimbra)*, “Ilustração Moderna”, 5ºano, número 41, Porto, 1930, p.71.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Idem, p.72.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Idem, p.71-72.

No boletim da D.G.E.M.N. nº 28 podemos analisar algumas peças desenhadas que dão conta das alterações que as obras implicaram. De referir os dois períodos de obras, o primeiro, em 1908, e o segundo, entre 1929 e 1935.

De facto, foi durante o primeiro que se cometeram os maiores erros: apesar de se ter demolido e apeado cuidadosamente a Igreja da Misericórdia e outras construções, a “obra de pedreiro” foi refeita sem uma correcta discriminação dos elementos arquitectónicos existentes, misturando-se os vestígios de duas épocas (românica e manuelina) de forma indiscriminada; por outro lado, para permitir o alargamento da passagem lateral apeou-se e mudou-se a capela existente na nave do sul para a nave do norte⁶². Mais uma vez se truncou a igreja em nome do progresso.

Na segunda fase os trabalhos foram simplesmente: no exterior, a construção do coroamento, inclusivamente o assentamento da cruz terminal, o arranjo da capela da nave do norte e reconstrução de uma das suas frestas, a adaptação de construção existente a sacristia, a reparação de cantarias e juntas, a estrutura e revestimento do telhado. O assentamento de vidraças, a demolição de anexos. No interior, assentamento do lajedo nas naves, reparação e substituição de cantarias, altares, reparação de cantarias interiores e juntas, reconstrução da soleira da capela absidal do lado da Epístola⁶³. Assim, na segunda fase, as obras foram praticamente só de acabamentos, apesar de se ter tentado corrigir a mistura das cantarias⁶⁴.

Isto mesmo pode ser confirmado igualmente através da comparação das peças desenhadas constantes do referido boletim (as alterações na implantação, as alterações em planta, os alçados e os cortes, as alterações nas fachadas principal/poente, lateral direita/sul, posterior/nascente, e as alterações no interior).

Apesar do diagnóstico, na segunda intervenção, não existiu a coragem para aprofundar o assunto e tentar corrigir todos os erros. Corrigiram-se alguns, e talvez por “comodidade” mantiveram-se outros.

8. Cartas internacionais para a conservação do património

Restaurar é “assegurar a estabilidade material do binómio passado/presente, e assim prolongar por mais um instante do tempo cósmico as expressões vivas do passado histórico, na sua vertente monumental, para uma leitura cultural”. Restaurar é “garantir a permanência de valores simbólicos ou emblemáticos que apoiam a nossa consciência histórica, num imaginário de referência que suporta o universo da tradição, num enquadramento cronológico e de continuidade”⁶⁵.

Restaurar o quê? Porque não se pode restaurar tudo (pelo menos ao mesmo tempo e bem!), a selecção impõe-se.

⁶² Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p.26-27.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ FERREIRA, Carlos Antero, *Restauro dos monumentos históricos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, p.10.

Restaurar ou conservar monumentos, conjuntos ou sítios, não deve ser considerado uma política mas um dever mínimo de cultura, a manutenção das expressões do passado histórico e natural é um dos mais relevantes factores de continuidade na construção da memória colectiva dos povos, concorrendo para a definição e a fixação da identidade social e cultural das nações.

Esta foi aliás a bandeira do Estado Novo, que acusou a República de desprezo pelos valores nacionais, votados a um grande e real abandono.

Se é certo que a política cultural nacionalista tratou os monumentos de forma cenográfica, completando-os ou “limpando-os” muitas vezes com critérios duvidosos, por vezes demolindo uma grande parte da envolvente para os pôr em destaque...

Tinha este procedimento como grande atenuante o facto de ser contemporâneo da Carta de Atenas de 1931, cujas orientações davam azo a várias interpretações, além de que era a primeira vez que a comunidade internacional procurava em conjunto analisar o tema do restauro.

De referir ainda que já muito antes do Estado Novo se demoliam ruas e quarteirões inteiros... e até cabeceiras de igrejas, e altares laterais, em prol do desenvolvimento! E que tal continua a acontecer ainda hoje todos os dias, e infelizmente já nem em prol do desenvolvimento se poderá falar, mas antes em prol de interesses particulares e compadrios, às vezes partidários, já para não se supor pior...

Criticar, depois, é fácil, tal como fácil tinha sido justificar na altura. Tentemos hoje intervir sem nunca perder de vista o enquadramento social, político, cultural da época das diferentes intervenções, balizados pelo actual estado de conhecimento.

Além disso, ainda hoje a sociedade continua enferma da possibilidade de compatibilização de uma ordem estética, ou ambiente geral, e os múltiplos gostos individuais. É a batalha do gosto (porque, ao contrário do ditado, os gostos têm razões e, portanto também se discutem), ou melhor, a batalha cultural que origine em todos, de todas as idades, o interesse de conhecer e entender melhor os valores tradicionais das suas terras e também os da época.

Poderemos pensar que actualmente isto estará facilitado por uma muito menor taxa de analfabetismo, e um acesso facilitado a todas as fontes de informação... no entanto, se calhar, este estado de coisas, e a sucessão de novas tecnologias à velocidade da luz, está a criar um tipo de indivíduos que só se interessa pelas coisas fúteis e inúteis que esse mesmo desenvolvimento também põe ao seu alcance. Outrora tínhamos uma reduzida informação, mas de maior conteúdo, que chegava aos ditos analfabetos, através da boa vontade de alguns, e os transformava em analfabetos cultos... actualmente temos uma geração “letrada”, mas com um baixo nível cultural por opção, e por falta de visão dos governantes!

Por outro lado, a globalização dos fenómenos da defesa e salvaguarda do património cultural é positiva, porque estimula o interesse generalizado pela fenomenologia da protecção, conservação e recuperação. Porque fomenta a permuta de experiências nos diversificados âmbitos e níveis de

intervenção. Porque fomenta também a investigação aplicada e o progresso de tecnologia de ponta, não deixando de contemplar e, cada vez mais, consagrar o valor das técnicas tradicionais e artesanais.

É igualmente na globalização que se fomenta a criação de fundos financeiros de apoio internacional a campanhas de defesa e salvaguarda do património monumental.

O universo dos bens culturais de valor histórico e monumental deixou de se restringir aos perímetros nacionais, alargando-se aos espaços continentais e planetários, recolhendo a lista do Património Mundial Cultural da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, fundada em 1945) várias centenas de monumentos, conjuntos e sítios, bens, esses, que são, obviamente, a primeira prioridade de defesa e salvaguarda, mesmo no âmbito dos planos nacionais. Aceite e satisfeita essa prioridade, o escalonamento das restantes, e a selecção das intervenções, resulta da política cultural definida pelo governo de cada país.

Assim, desde 1931, que sucessivas Cartas e Convenções internacionais procuram aperfeiçoar e fixar a doutrina de salvaguarda do património monumental. De entre elas destacamos:

- **Carta de Atenas (Atenas, 1931)** - Convenção de Haya ou Convenção sobre a Protecção dos Bens Cultural em Caso de Conflito Armado (UNESCO em Haya , Maio 1954)- Convenção de Paris (CONSELHO DA EUROPA em Paris, Dezembro 1954)- Recomendações sobre a Conservação de Paisagens e Sítios (Paris, 1962)- **Carta de Veneza (Veneza, Maio 1964)**- Normas de Quito (Quito, 1967)- Convenção para a Protecção do Património Arqueológico (CONSELHO DA EUROPA, Maio 1969)- Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (UNESCO em Paris, Novembro 1972)- Declaração de Amsterdão (CONSELHO DA EUROPA em Amsterdão, 1975)- Simpósio do ICOMOS (ICOMOS em Rothenburg, 1975)- **Carta Europeia do Património Arquitectónico (CONSELHO DA EUROPA em Amsterdão, Outubro 1975)**- Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea (UNESCO em Nairobi, Novembro 1976)- Carta do Turismo Cultural (ICOMOS em Bruxelas, Novembro 1976)- Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território CONSELHO DA EUROPA, 1976)- Carta de Florença ou Carta sobre a Salvaguarda dos Jardins Históricos (ICOMOS em Florença, Maio 1981)- Declaração de Tlaxcala (Tlaxcala, 1982)- Declaração de Dresden (Dresden, 1982)- Resolução 813 relativa à Arquitectura Contemporânea (CONSELHO DA EUROPA, Novembro 1983)- Declaração de Roma (Roma, 1983)- Convenção de Grenade ou Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (CONSELHO DA EUROPA, Outubro 1985)- Carta das Vilas Históricas ou Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS em Washington, Outubro 1987)- Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (ICOMOS, 1990)- Convenção para a Protecção do Património Arqueológico (CONSELHO DA EUROPA em Londres, Janeiro 1992)- Orientações para a Educação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (ICOMOS em Colombo, 1993)-

Documento de Nara ou Noção de Autenticidade na Conservação do Património Cultural (Nara, Novembro 1994)- Declaração de Santo António (Santo António, 1996)- **Carta de Cracóvia (Cracóvia, 2000).**

9. Diplomas legais para a conservação do património construído

A Convenção Mundial de 1972, atribuiu, a cada Estado, a “obrigação de assegurar a identificação, a protecção, a construção, os valorização e a transmissão às gerações futuras do património cultural e natural situado no seu território”.

Foi um compromisso que muitos estados subscreveram, incluindo Portugal, consagrando-o através de diplomas constitucionais, sendo, actualmente, o principal a Lei de Bases do Património, Lei 107/01, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Esta lei é complementada pelos Planos Directores Municipais que são, de facto, instrumentos imprescindíveis para que um município possa actuar, com coerência, no terreno, de acordo com a política que definiu... desde que esses planos sejam feitos com uma visão realista e não megalómana ou partidária do desenvolvimento futuro, e ainda, que sejam elaborados e implementados por pessoas competentes, além de corrigidos os erros já cometidos.

Um plano director bem executado e bem implementado é fundamental para o desenvolvimento integrado e harmonioso das zonas urbanas, nomeadamente dos centros históricos/culturais.

10. Aplicação dos princípios para a conservação do património ao caso em estudo

10.1. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta de Atenas de 1931

No congresso de Atenas foram aprovadas sete resoluções principais, denominadas de “Carta do Restauro”, que lançaram as bases para todo o movimento internacional de protecção do património: criação de organizações internacionais, necessidade da crítica fundamentada, resolução dos problemas de preservação dos sítios históricos através de legislação nacional, recobrimento de sítios já escavados, que não tenham programas imediatos de restauro, para protecção, possibilidade do uso de técnicas e materiais modernos, medidas de custódia e protecção para os sítios históricos, especial atenção às zonas de protecção dos sítios históricos.

Relativamente às conclusões gerais deste documento, são globalmente positivas, apesar de se referir quase sempre “monumento” e não conjunto ou sítio. No entanto, há alguns pontos a que gostaríamos de fazer referência por motivos variados, e que poderão ter estado na origem de algumas decisões menos felizes:

a) **”A Conferência recomenda que se respeite, na construção dos edifícios, o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos, cujo**

enquadramento deve ser objecto de cuidados particulares. Devem mesmo ser preservados certos conjuntos e certas perspectivas especialmente pitorescas”.

Por vezes a questão do enquadramento foi interpretada de forma errónea, no sentido do destaque cenográfico do edifício, com alteração da envolvente. Tal também aconteceu em S. Tiago, com a introdução da desproporcionada escadaria, alteração do posicionamento das capelas laterais, devido à alteração dos níveis e forma de acesso.

b) “Cabe também estudar as plantas e as ornamentações vegetais que convém a certos monumentos, para lhes conservar o aspecto antigo”.

O que pode ter sido interpretado no sentido do mimetismo, situação diversa da reposição de elementos existentes, ou que tenham existido, e se encontrem documentados.

c) “Aprovam o emprego judicioso de todos os recursos da técnica moderna, especialmente o cimento armado... estes meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterarem o aspecto e o carácter do edifício a restaurar.”.

Tal pode ter dado origem a uma utilização abusiva do betão armado, por questões de facilidade. De louvar a não introdução deste material em S. Tiago, tendo sido feito o restauro com recurso às técnicas tradicionais, com pedra e madeira.

d) “Quando se trata de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, com reposição dos elementos originais encontrados (anastilose), sempre que as circunstâncias o permitirem; os novos materiais necessários para este fim deverão ser sempre reconhecíveis.”

Em S. Tiago foram repostos elementos originais, no entanto, a excepção que refere as circunstâncias poderá ter legitimado a manutenção do corte da cabeceira e a alteração no posicionamento de certos elementos construtivos, devido aos acessos e ruas envolventes.

e) “Quando a conservação das ruínas postas a descoberto no decurso de uma escavação se reconhecer impossível, aconselha-se a sepultá-las de novo, depois de se terem efectuado as recuperações necessárias”.

No corte da cabeceira manteve-se um pequeno troço, enterrado. Em obras posteriores, tal foi detectado e mantido sob uma laje de betão executada para esse efeito, e que permitiria igualmente o acesso para efeitos de estudos arqueológicos.

f) “A melhor garantia de conservação dos monumentos e obras de arte advém do respeito e dedicação das próprias populações”.

De facto, não há dúvida que a intervenção efectuada, tendo sido tomadas as opções correctas ou não, conseguiu “devolver a igreja aos habitantes”, de tal forma que num momento se questionou até a possibilidade da desafecção da igreja de S. Bartolomeu, transitando o culto para S. Tiago.

10.2. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta de Veneza, de 1964

Consagra um novo conceito de monumento que passa a integrar **“não só a criação arquitectónica isolada, como os conjuntos urbanos ou rurais representativos... Estende-se não somente às**

grandes criações, mas também às obras modestas que ganharam com o tempo uma **significação cultural**”.

De salientar, para aplicação no presente caso em estudo, os artigos seguintes:

Artº 6º A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala.

Artº 7º O monumento é inseparável da história e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação do todo ou de uma parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Artº 12º Os elementos destinados a ocupar as falhas existentes devem integrar-se harmoniosamente no contexto, tendo que se distinguir das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história.

Artº 13º Os acrescentos não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessantes do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente.

10.3. Aplicação ao caso em estudo de conceitos da Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975

Esta Carta veio sedimentar a projecção do significado cultural do património monumental e do enquadramento histórico ou tradicional.

De salientar, o que se relaciona com o caso em estudo:

1º ...Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem ter em conta o seu enquadramento. Ora eles podem perder uma grande parte do seu carácter se esse enquadramento for alterado...

5º O património arquitectónico tem um valor educativo determinante.

9º A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada.

10.4. Aplicação ao caso em estudo da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1998

Em 1998, o ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) julgou necessário redigir uma carta internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas, completando a Carta de Veneza. Este novo texto define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto dos bens, mesmo modestos, que constituem a memória da Humanidade.

De referir a nota explícita, feita neste documento, sobre a **definição de “salvaguarda de cidades históricas”**, como sendo **“as medidas necessárias para a sua protecção, a sua conservação e o**

seu restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e para a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea”.

De salientar, para o presente caso, três dos seus pontos:

3. A participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda.

4. As intervenções... devem ser conduzidos com prudência, método e rigor, evitando todo o dogmatismo, mas tendo em conta problemas específicos, em cada caso particular.

10. No caso de ser necessário efectuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acréscimo deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspectos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e o valor conjunto das construções existentes.

10.5. Aplicação ao caso em estudo da Carta de Cracóvia de 2000

Pto. 1: A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenção, como o controle do meio ambiente, manutenção, reparação, restauro, renovação e reabilitação.

Pto. 2: A manutenção e a reparação são parte fundamental do processo de conservação do património. Estas acções são organizadas com uma intervenção sistemática, inspecção, controle, acompanhamento e provas.

Pto. 4: Deve evitar-se a reconstrução no “estilo do edifício” de partes inteiras do mesmo. A reconstrução de partes, muito limitadas, com um significado arquitectónico, pode ser excepcionalmente aceite, com a condição que se baseie em documentação precisa e indiscutível. No caso de ser necessário para o uso adequado do edifício, incorporar partes espaciais e funcionais mais extensas, estas deverão espelhar a linguagem da arquitectura actual. A reconstrução de um edifício, na sua totalidade, destruído por um conflito armado ou por desastres naturais, só é aceitável se existirem motivos sociais, ou culturais excepcionais que estejam relacionados com a identidade de toda a comunidade.

Pto. 5: Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar relacionada com a envolvente, território e paisagem.

Na protecção e preservação pública dos sítios arqueológicos deve ser incentivado o recurso ao uso de: modernas tecnologias, bancos de dados, sistemas de informação e apresentações virtuais.

Pto. 6: A intenção de conservação de edifícios históricos e monumentos, é manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços internos, mobiliário e decoração, de acordo com a sua conformação original. Em muitos casos, tal é necessário que o uso seja adequado, compatível com o espaço e significado existente.

As obras em edifícios históricos devem considerar todos os períodos históricos presentes.

Pto. 7: O projecto de restauro deve garantir uma integração correcta do conjunto na sua envolvente e meio ambiente, da decoração arquitectónica e da estrutura, respeitando as técnicas e ofícios artesanais tradicionais do edifício, e a sua necessária integração como parte substancial do património construído.

Pto. 8: As cidades históricas e os povos, no seu contexto territorial, devem ser vistos como um todo, com as estruturas, espaços e factores humanos, num processo de contínua evolução e mudança. Os edifícios que constituem as áreas históricas podem não ter eles mesmo um valor arquitectónico especial, mas devem ser salvaguardados como elementos de conjunto pela sua unidade orgânica, dimensões particulares e características técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas insubstituíveis na unidade orgânica da cidade.

As questões do património não deverão estar igualmente desligadas dos aspectos económicos e sociais, garantindo a sua própria sustentabilidade. O projecto de restauro das áreas históricas contempla os edifícios da estrutura urbana na sua dupla função: a) os elementos que definem os espaços da cidade dentro da sua forma urbana b) os valores espaciais internos que são parte essencial do edifício.

Pto. 10: As técnicas de intervenção devem estar estritamente vinculadas à investigação... sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e/ou restauro do património edificado. O tipo de intervenção escolhido deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais e as estruturas existentes, bem como com os valores arquitectónicos. Quando a aplicação de tecnologias novas for relevante para a manutenção da “fábrica” original, deverão ser continuamente controladas, tendo em conta resultados obtidos, comportamento posterior, e possibilidade de uma eventual reversibilidade.

Dever-se-á igualmente estimular o conhecimento dos materiais tradicionais e das suas técnicas, integrando-os no contexto da nossa sociedade contemporânea, sendo, eles mesmo, componentes importantes do património cultural.

Pto. 11: Como parte da gestão do processo de mudança, transformação e desenvolvimento das cidades históricas e do património cultural em geral, devem ser identificados os riscos de utilização, e antecipados planos de prevenção e actuação. O turismo cultural, com todos os aspectos positivos na economia local, comporta riscos. A conservação do património cultural deve ser parte integral dos processos de planificação e gestão de uma comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social duma comunidade.

Pto. 12: A comunidade deve ter uma participação efectiva em todo o processo, assegurando-se a participação de indivíduos e instituições no processo de decisão.

11. Aplicação dos diplomas legais para a conservação ao caso em estudo

11.1. Aplicação ao caso em estudo da Lei de Bases do Património Lei 107/2001 de 8 de Setembro

Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como: de interesse nacional, de interesse público, ou de interesse municipal. De salientar o Artº 48: nenhum imóvel classificado, poderá ser deslocado ou removido, em parte ou na totalidade, do lugar que lhe compete, salvo se, na sequência do procedimento previsto na lei, assim for julgado imprescindível...

11.2. Aplicação ao caso em estudo do Plano Director Municipal e Regulamento Municipal (R.M.U.E.)

Segundo o Artº 4º, ponto 5, alínea h) do RMUE, **dever-se-á beneficiar o enquadramento dos valores paisagísticos, dos edifícios e dos espaços classificados.**

12. Da legitimidade de nova intervenção em S. Tiago

12.1. Reposição da totalidade da cabeceira

Agora que os pressupostos da envolvente de São Tiago se alteraram novamente, e que a rua se transformou definitivamente em pedonal (há agora no topo da rua, em frente a Santa Cruz, um desnível acentuadíssimo, de 14 e 17 %), existindo ainda bastante espaço sobrance, e uma vez que o arranque do resto da cabeceira da Igreja de São Tiago ainda se mantém no sítio original, e que ainda existe na sua totalidade a capela colateral do lado esquerdo do altar, porque não levantar toda a cabeceira novamente? Poderia visualizar-se a totalidade da composição arquitectónica dum templo que é considerado uma peça única do último românico coimbrão. Além disso, não se faria mais do que já foi feito, e que está documentado visualmente: o levantar de partes inteiras do edifício, e que “deveria” (só deveria) ser evitado segundo o ponto 4 da Carta de Cracóvia. A excepção, segundo o mesmo ponto, é aceitável quando existem motivos culturais excepcionais que estejam relacionados com a identidade de toda a comunidade.

Se tal não for possível, ao menos que o erário público permita a visualização dos restos ainda existentes através de um vidro no pavimento (dinheiro certamente melhor empregue do que na cobertura prevista para aquela artéria). No entanto a percepção global das proporções originais da igreja passariam a ser possível unicamente em reconstituição informática.

De qualquer forma o estudo deveria ser feito incluindo essa reconstituição, permitindo que a decisão também caiba ao povo da cidade.

12.2. Correção do nível de acesso através de elementos de arquitectura urbana

A correção do nível de acesso através de elementos de arquitectura urbana permitiria corrigir as escadas em “pódio” e repor a capela lateral retirada, ficando novamente com as duas capelas originais: a de Sto. Elói e a de S. Ildefonso.

12. Fontes e bibliografia

12.1. Fontes

12.1.1. Manuscritas e dactilografadas

Biblioteca particular.

12.1.2. Impressas

12.2.3. Icononímicas

Arquivo da DGEMN.

12.2. Bibliografia

12.2.1. Livros

BORGES, Nelson Correia, *O inventário dos ornamentos e jóias da Igreja de São Tiago de Coimbra, em 1607*, Coimbra, Instituto, 1980.

Cartas e Convenções Internacionais, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), 1996.

Carta de Cracóvia 2000, Principios para la Conservación y restauración del patrimonio construido, Cracóvia, 2000.

Carta Europeia do património arquitectónico, Amsterdão, 1975.

Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas, Washington, 1987.

CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942.

CASTRO, Eugénio de, *Guia de Coimbra*, Coimbra, Typographia França Amado, s/d.

D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escritorio, 1894.

FERREIRA, Carlos Antero, *Restauro dos monumentos históricos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992.

GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Coimbra, Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1944.

GONÇALVES, António Nogueira, *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938.

LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Volume I e II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

PORTAS, Nuno, *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, Programa “Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos”, 1983.

Revelar Coimbra, Os inícios da imagem fotográfica em Coimbra 1842-1900, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 2001.

SILVA, Armando Carneiro da, *Estampas Coimbrãs*, volume I e volume II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, IX centenário da reconquista cristã, 1964.

12.2.2. Publicações periódicas

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), Volume VIII, Coimbra, 1945.

Arte - Revista Internacional, Dir. Eugénio de Castro e Manuel da Silva-Gayo, vol I, Coimbra, Ed. Augusto d'Oliveira, 1895-1896.

Arte - Revista Internacional de , Dir. A. De Sousa e Vasconcelos, volume III, Coimbra, Ed. Christovão A. Rodrigues, 1881.

Arte - Revista Internacional de , Dir. A. De Sousa e Vasconcelos, volume III, Coimbra, Ed. Christovão A. Rodrigues, 1879.

Arte - Revista Internacional de , Dir. A. De Sousa e Vasconcelos, volume III, Coimbra, Ed. Christovão A. Rodrigues, 1880.

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

Ilustração Moderna, Porto.

Instituto (O), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

12.2.3. Artigos

A espada de D. Afonso Henriques, (L. de Figueiredo da Guerra), “*Ilustração Moderna*”, 3ºano, números 25 e 26, Porto, 1928, p.71-72.

A Misericórdia de Coimbra, (Dr. Luís Albano d’Andrade Moraes e Almeida), “*O Instituto*”, Volume XXXV. Julho de 1887 a Junho de 1888, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, p.611.

Coimbra Monumental. A igreja de Sant’Iago, “*Ilustração Portuguesa*”, 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909, p.367-369.

Igreja de S. Tiago (Coimbra), “*Ilustração Moderna*”, 5ºano, número 41, Porto, 1930, p.71-72.

Uma carta topográfica de Coimbra em 1845, Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), Volume VIII, Coimbra, 1945, p.134-149.

IMAGENS

1. Cronologia da Igreja de São Tiago



Ilustração 1: Imagem de J. Sartoris, Fachada da Igreja de São Tiago, séc. XIX, década de 80, número 49, em *Revelar Coimbra, Os inícios da imagem fotográfica em Coimbra 1842-1900*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 2001.

Ilustração 2: Fotografia da imagem do retábulo de João de Ruão da Igreja da Misericórdia Velha, inserida na exposição da Santa Casa da Misericórdia, no Colégio dos Órfãos em Coimbra, em Novembro de 20005.



Ilustração 3: A fachada de S. Tiago após a paragem das obras em 1908, em *Coimbra Monumental. A igreja de Sant'Iago*, "Ilustração Portuguesa", 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909, p.367-369.

2. Localização da Igreja de São Tiago



Ilustração 4: Planta de Coimbra de 1845, em *Uma carta topográfica de Coimbra em 1845*, Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), Volume VIII, Coimbra, 1945, p.134-149.

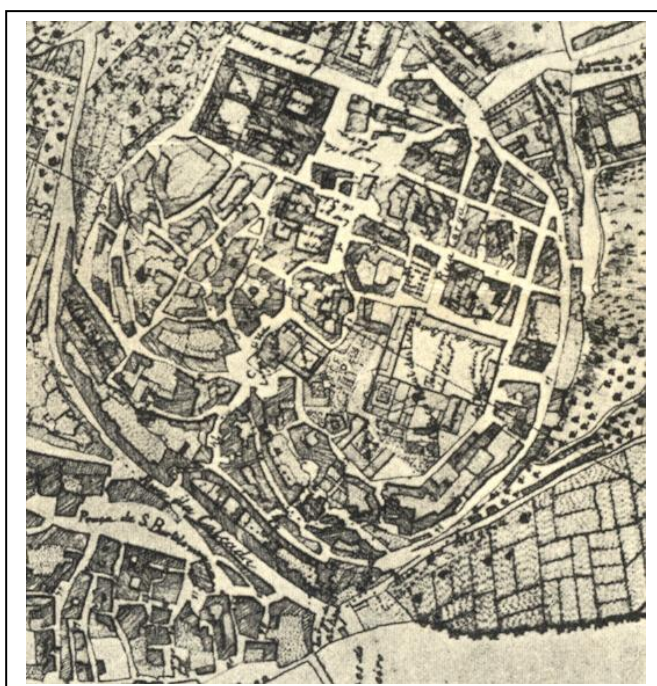


Ilustração 5: Estrato da planta da ilustração 4.

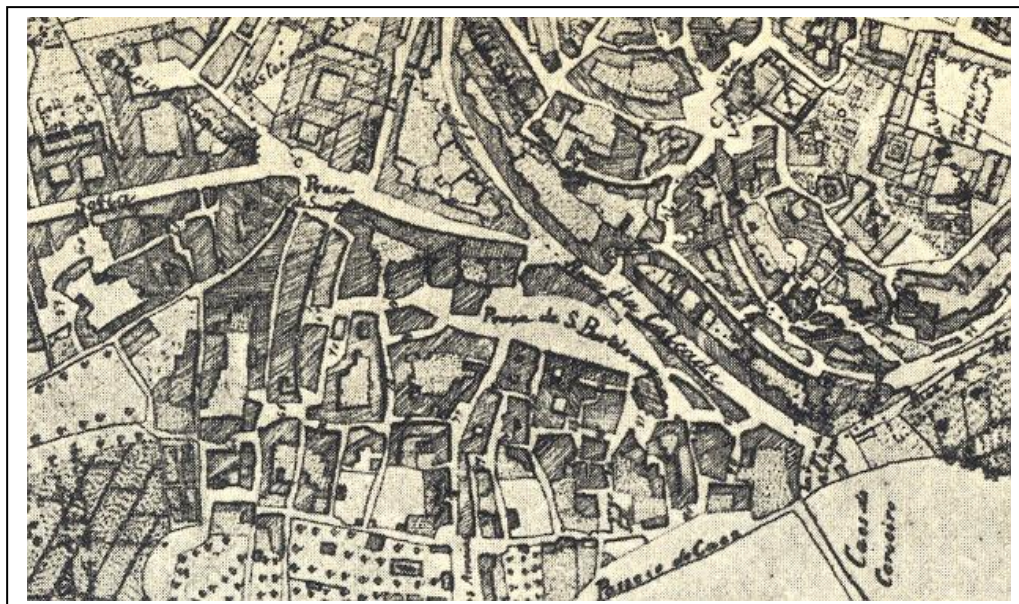


Ilustração 6: Outro estrato da planta da ilustração 4.

3. O estilo românico de Coimbra: o românico A e o românico B

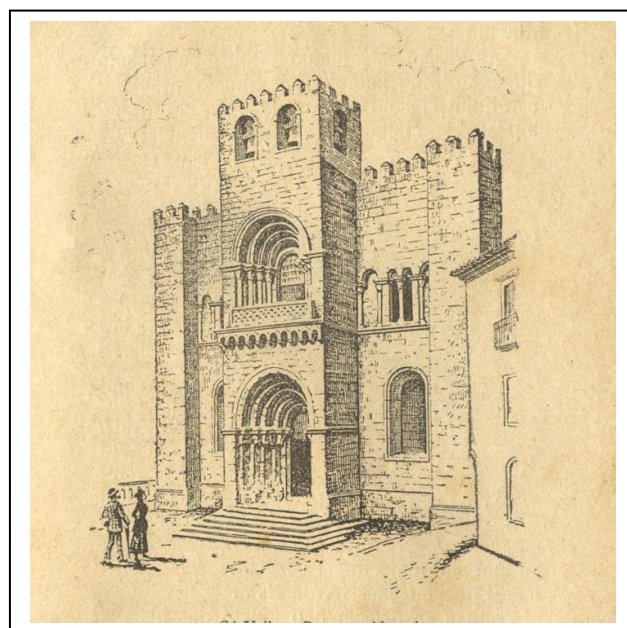
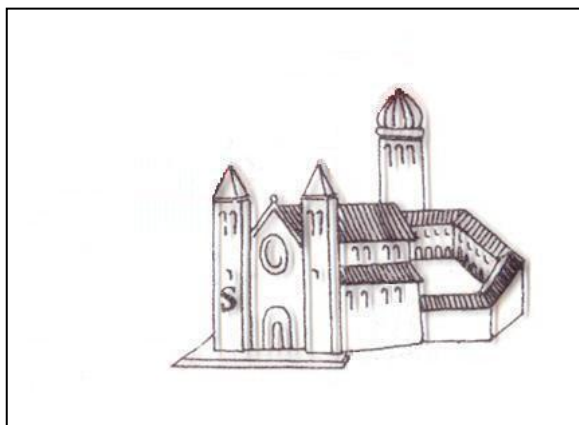


Ilustração 7: Igreja de Santa Cruz, estrato da gravura de Hoefnagel, em SILVA, Armando Carneiro da, Estampas Coimbrãs, volume I, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, IX centenário da reconquista cristã, 1964.

Ilustração 8: Sé Velha, em D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escritorio, 1894.

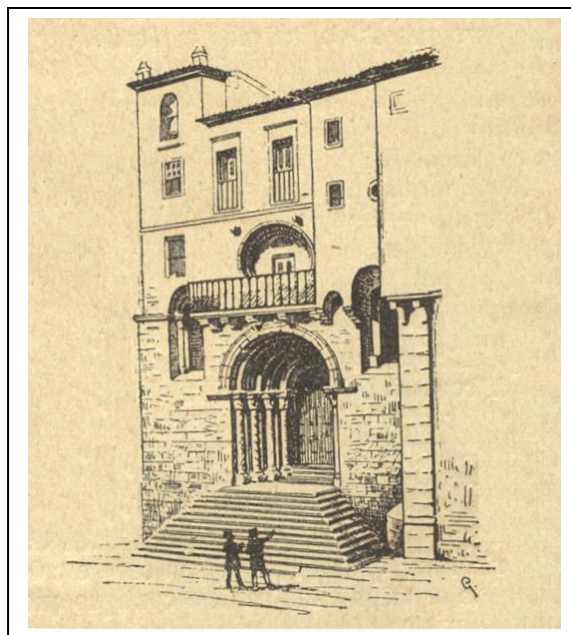
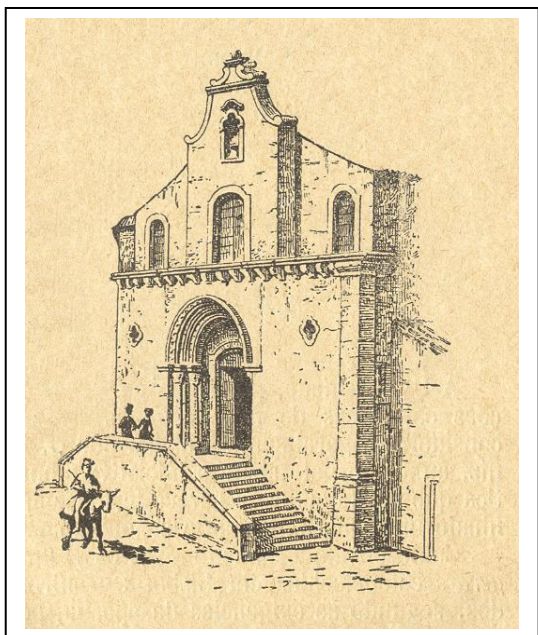


Ilustração 9: Igreja de S. Salvador, em D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escriptorio, 1894.

Ilustração 10: Igreja de S. Tiago, em D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escriptorio, 1894.

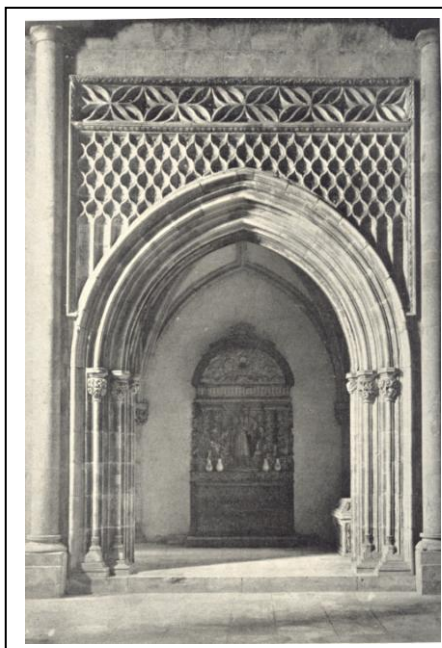


Ilustração 11: Pórtico da capela lateral da Igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

Ilustração 12: Aspectos do interior da Igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

4. O arco de S. Tiago

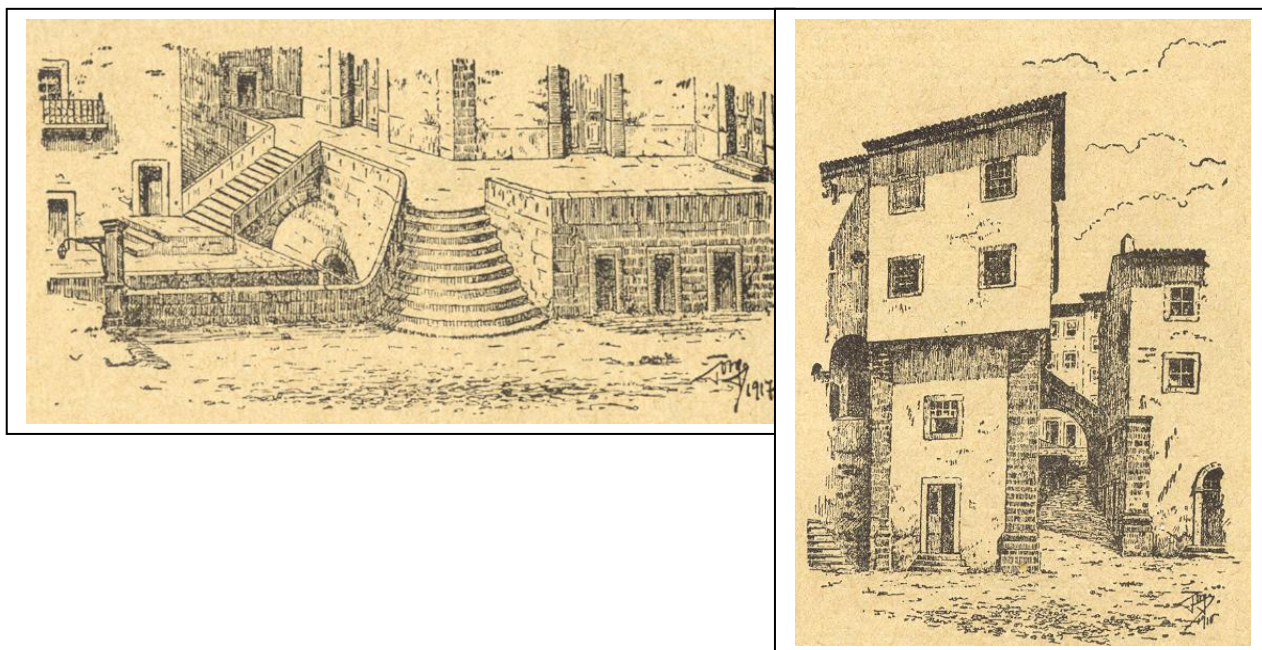


Ilustração 13: Lado nascente do arco de S. Tiago, em CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942.

Ilustração 14: Lado poente do arco de S. Tiago, em CARVALHO, General F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942.

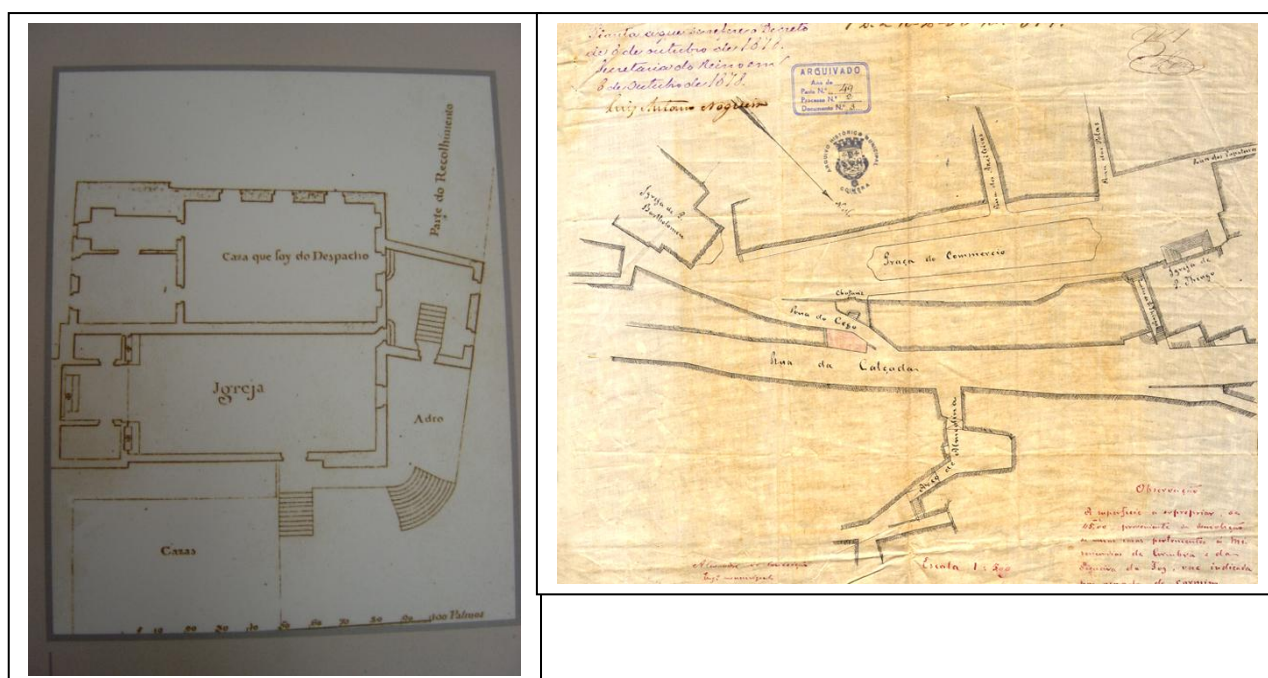


Ilustração 15: Planta inserida na exposição da Santa Casa da Misericórdia, no Colégio dos Órfãos em Coimbra, em Novembro de 20005.

Ilustração 16: Planta da Praça Velha séc. XIX, gentilmente cedida pela Sra. Doutora Regina Anacleto.

Ilustração 19: Estrato da planta da ilustração 4.

Ilustração 20: Estrato da planta inserida em CASTRO, Eugénio de, *Guia de Coimbra, Coimbra, Typographia França Amado, s/d.*

6. A primeira tentativa de restauro, falhada (1909)



Ilustração 21: S. Tiago, antes da primeira tentativa de restauro, em *Coimbra Monumental. A igreja de Sant' Iago*, “*Ilustração Portuguesa*”, 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909, p.367-369.

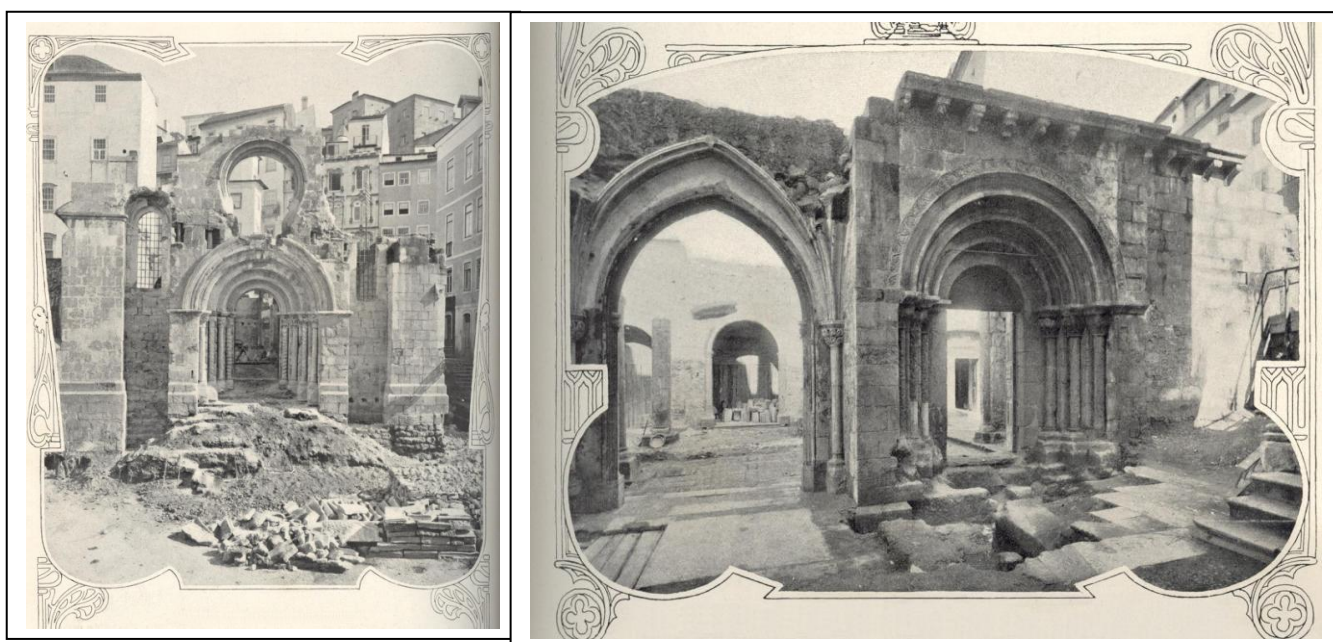


Ilustração 22: A tentativa de restauro falhada ficou bem documentada, com fotografias variadas, em *Coimbra Monumental. A igreja de Sant' Iago*, “*Ilustração Portuguesa*”, 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909, p.367-369.

7. O restauro da D.G.E.M.N. (1929-1935)



Ilustração 23: Ida ao local da equipa pluridisciplinar de ilustres técnicos da época, bem documentada com várias fotografias em *Igreja de S. Tiago (Coimbra)*, “*Ilustração Moderna*”, 5ºano, número 41, Porto, 1930, p.71-72.

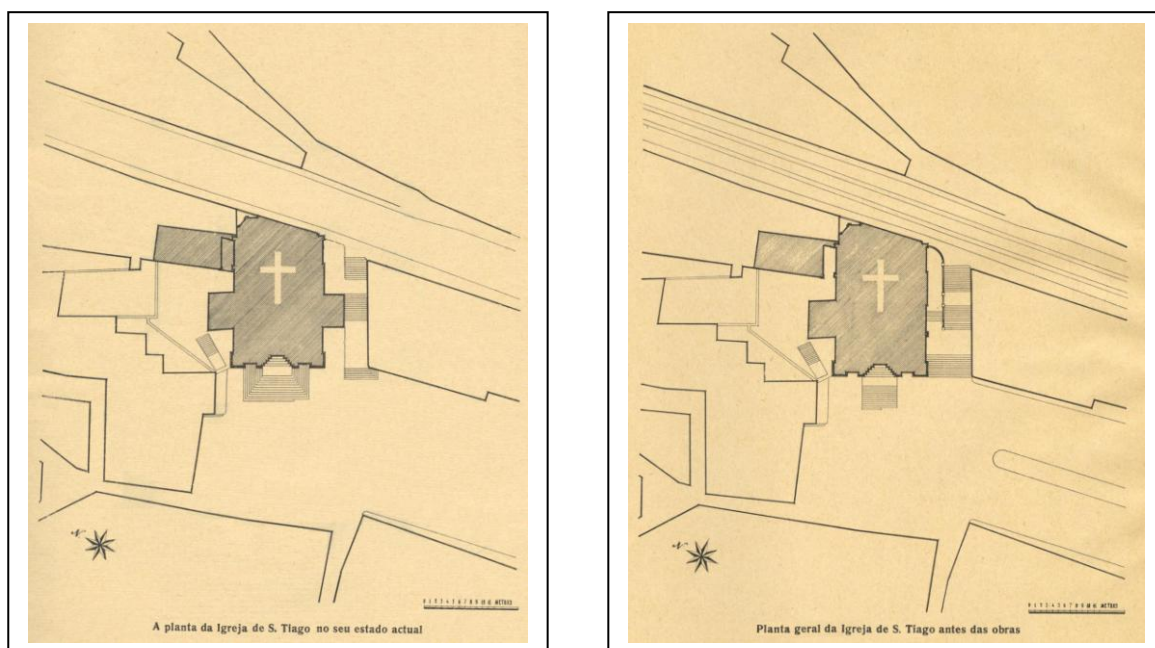


Ilustração 24: Alterações na implantação após as intervenções na igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

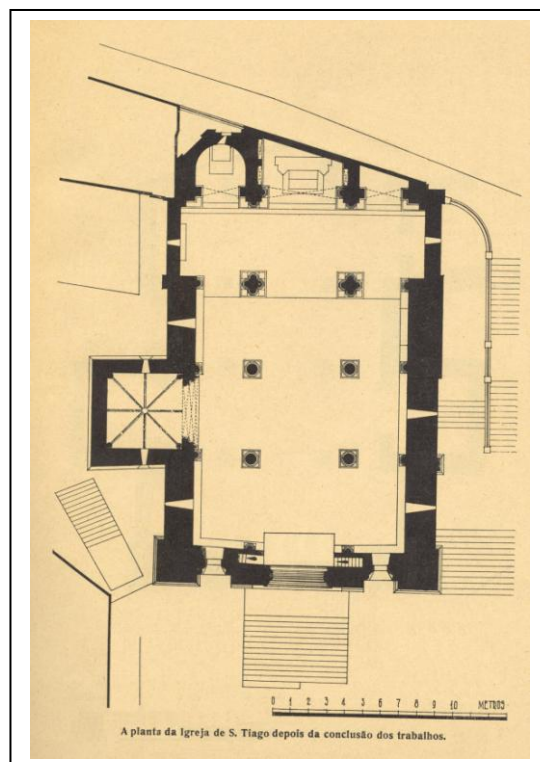
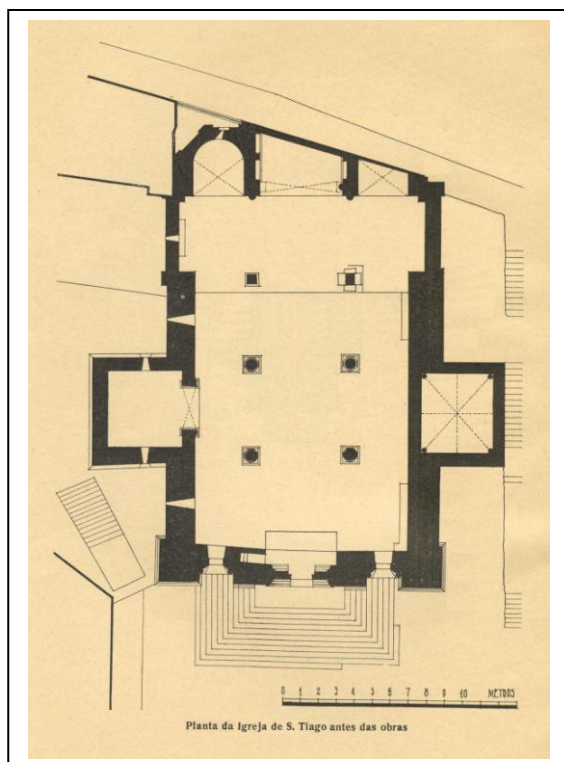


Ilustração 25: Alterações em planta após as intervenções na igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

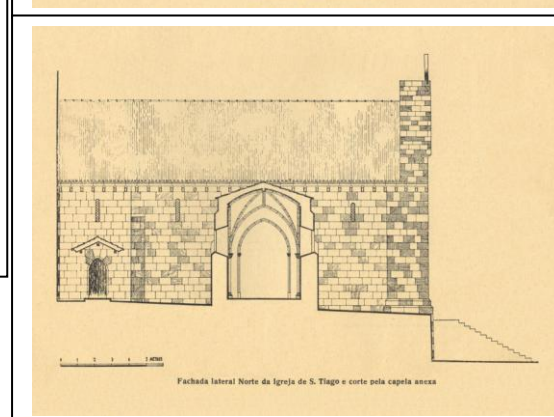
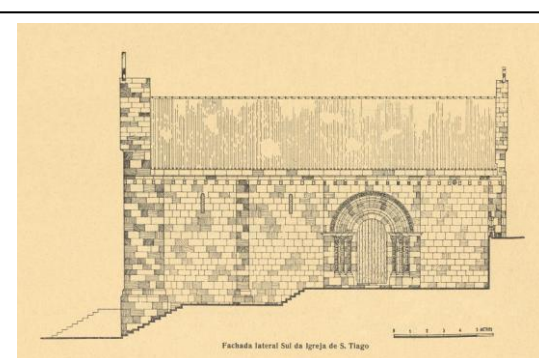
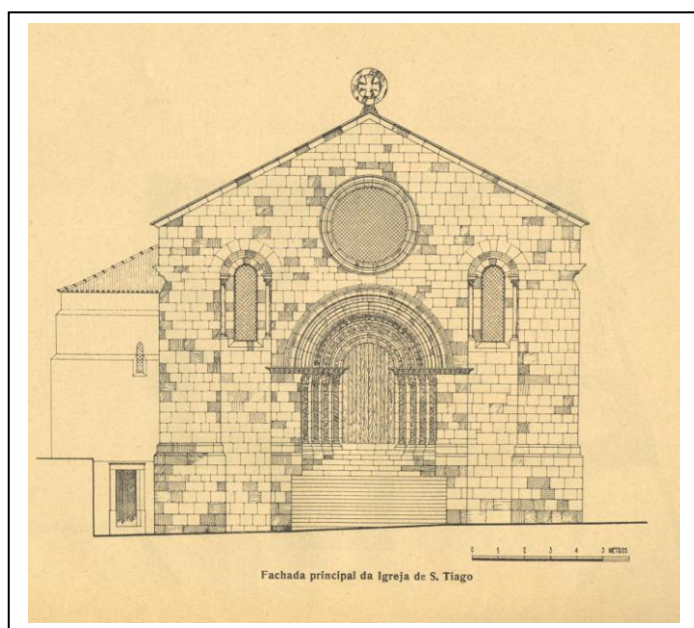


Ilustração 26: Alçados finais após a intervenção da D.G.E.M.N., em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942. De notar que, no boletim, curiosamente, não apresentam o alçado posterior.

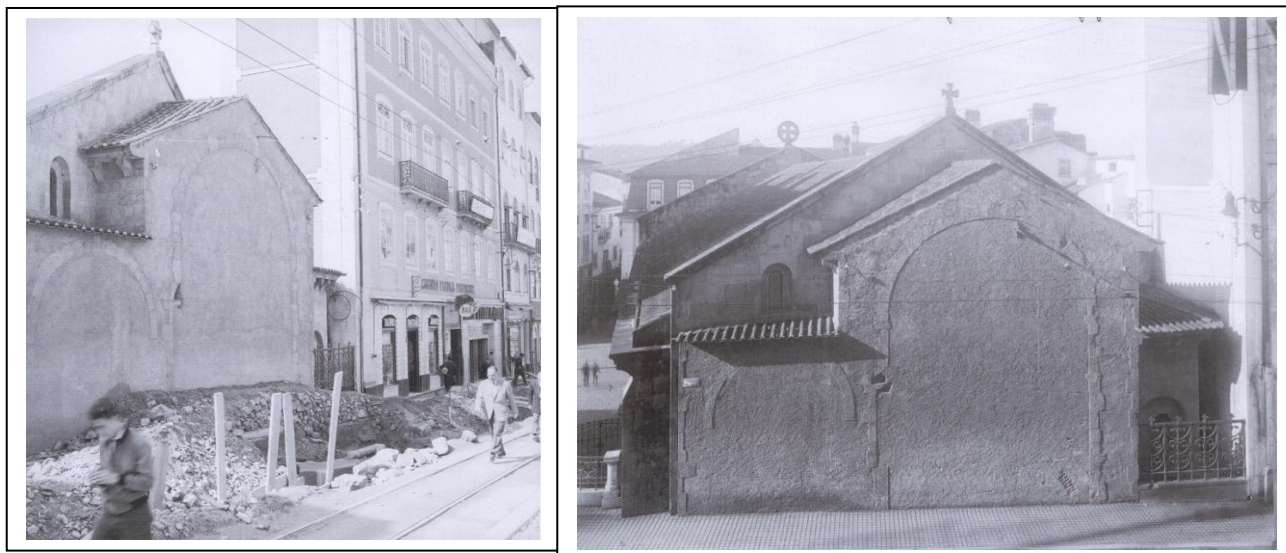


Ilustração 27: Fachada posterior de S. Tiago, com as fundações da cabeceira bem patentes. Foto nº 96330 do arquivo da D.G.E.M.N..

Ilustração 28: Fachada posterior de S. Tiago. Foto nº 96293 do arquivo da D.G.E.M.N..

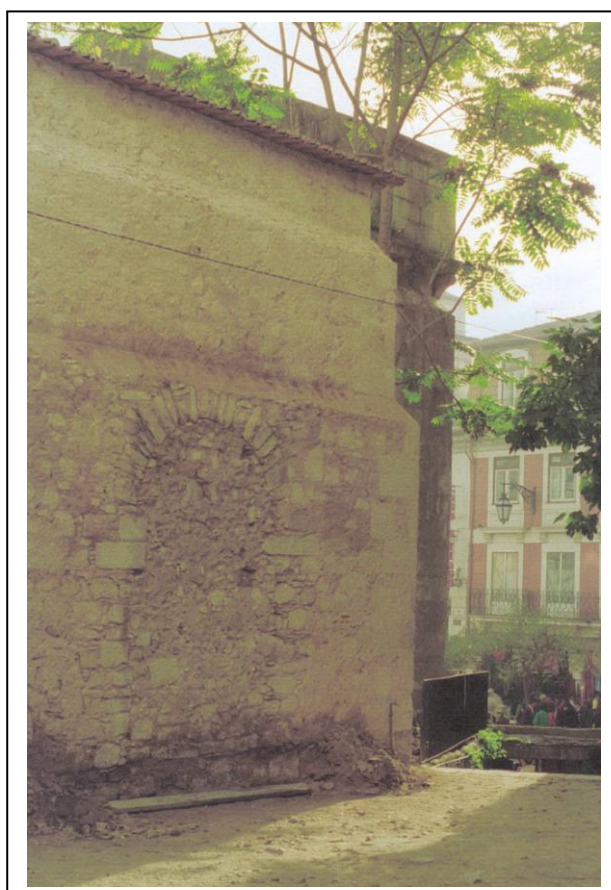


Ilustração 29: Pormenor de vão na fachada norte. Foto do arquivo da D.G.E.M.N..

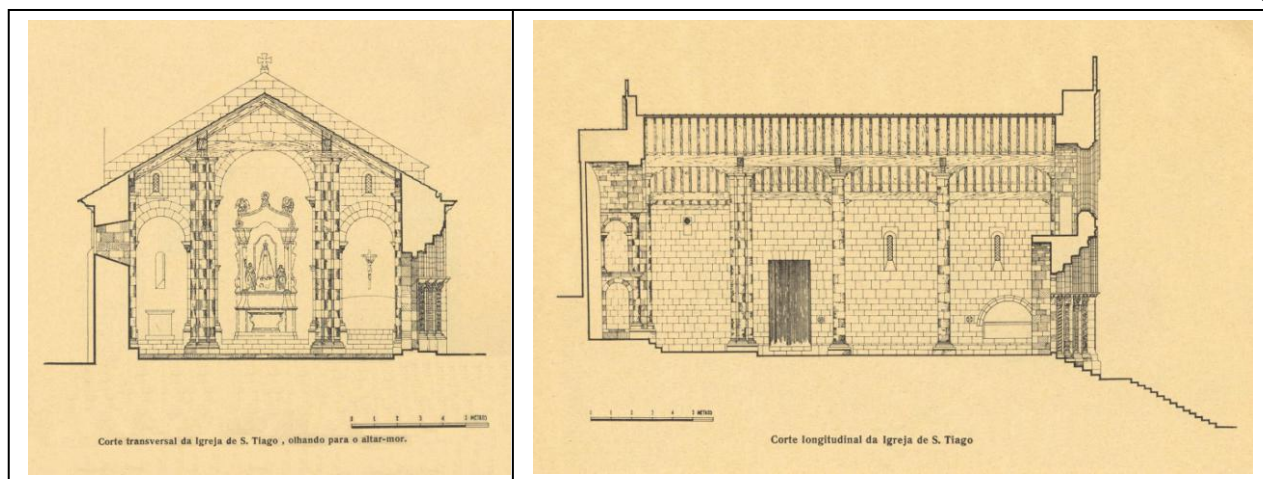


Ilustração 30: Corte transversal da Igreja de São Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

Ilustração 31: Corte longitudinal da Igreja de São Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

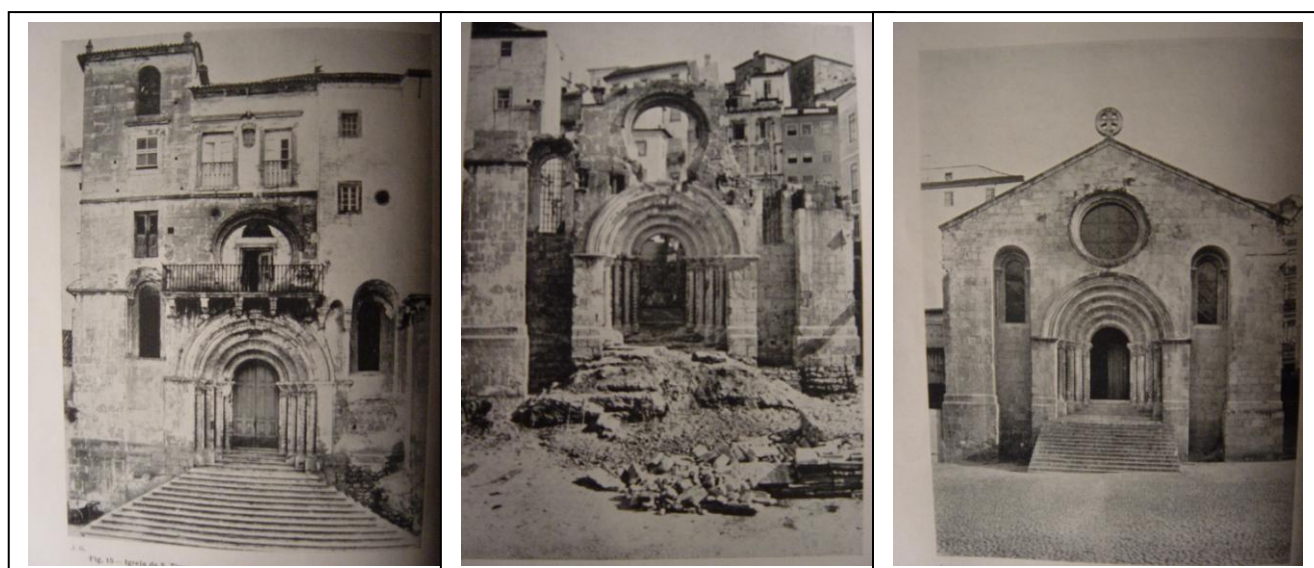


Ilustração 32: Alterações na fachada principal (poente) de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.



Ilustração 33: Idem.



Ilustração 34: Alterações na fachada lateral direita (sul) de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.*

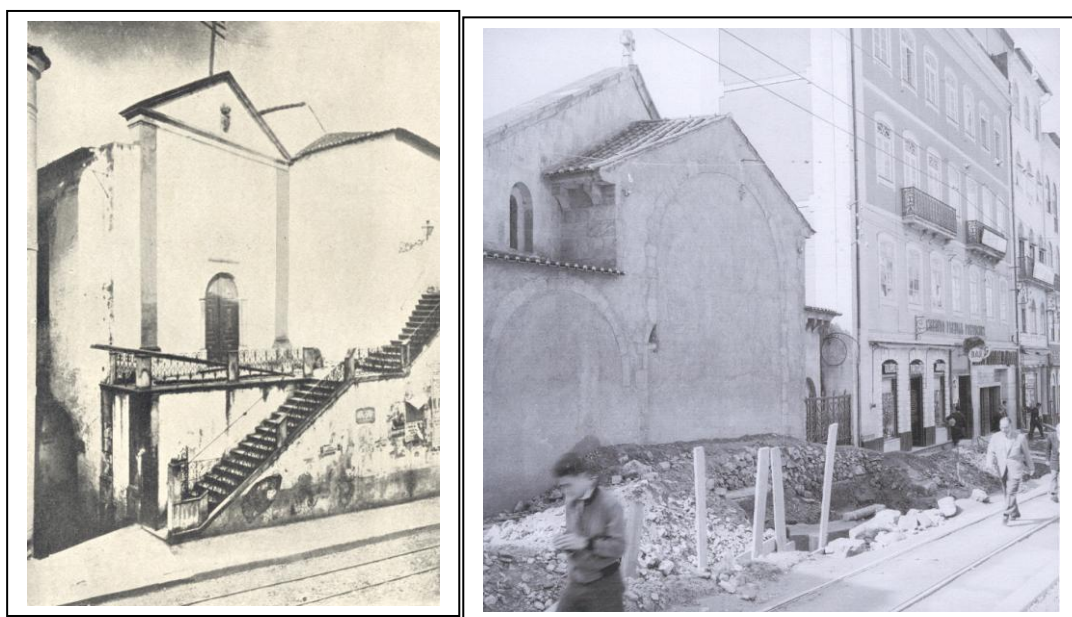


Ilustração 35: Alterações na fachada posterior (nascente) de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, e Foto nº 96330 do arquivo da D.G.E.M.N..*



Ilustração 36: Alterações no interior da Igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.*

8. Cartas internacionais para a conservação do património

9. Diplomas legais para a conservação do património construído

10. Aplicação dos princípios para a conservação do património ao caso em estudo

11. Aplicação dos diplomas legais para a conservação ao caso em estudo

12. Da legitimidade de nova intervenção em S. Tiago

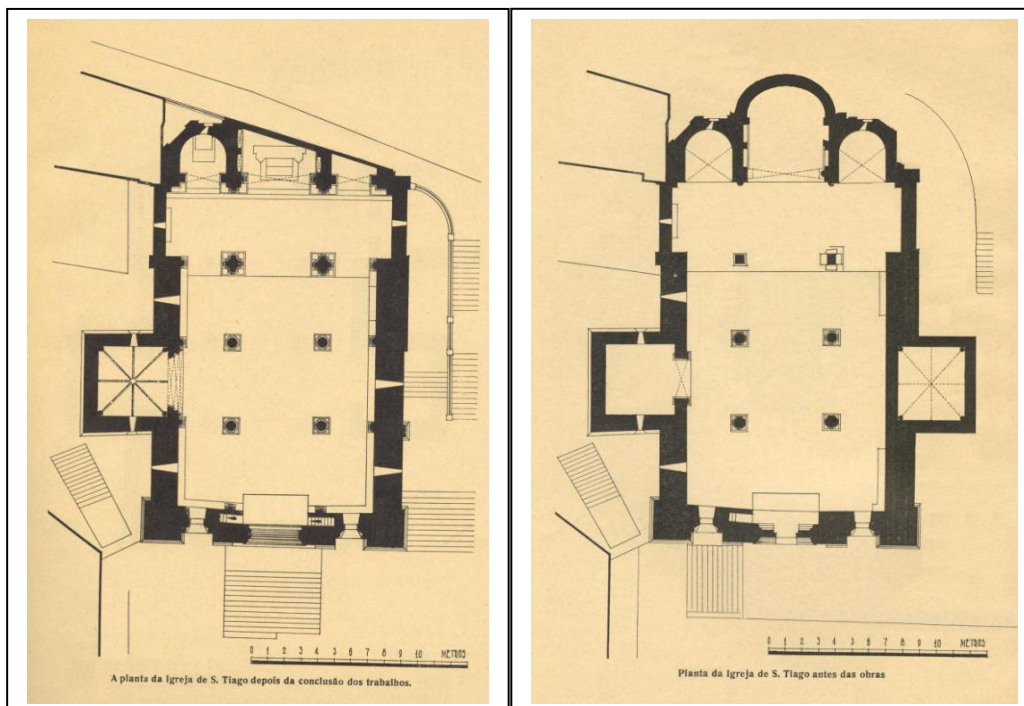


Ilustração 37: Planta após as intervenções na igreja de S. Tiago, em *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos. Igreja de S. Tiago*. Coimbra. Junho de 1942, nº 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

Ilustração 38: Alteração pela autora da planta anterior para análise das consequências da introdução da cabeceira.

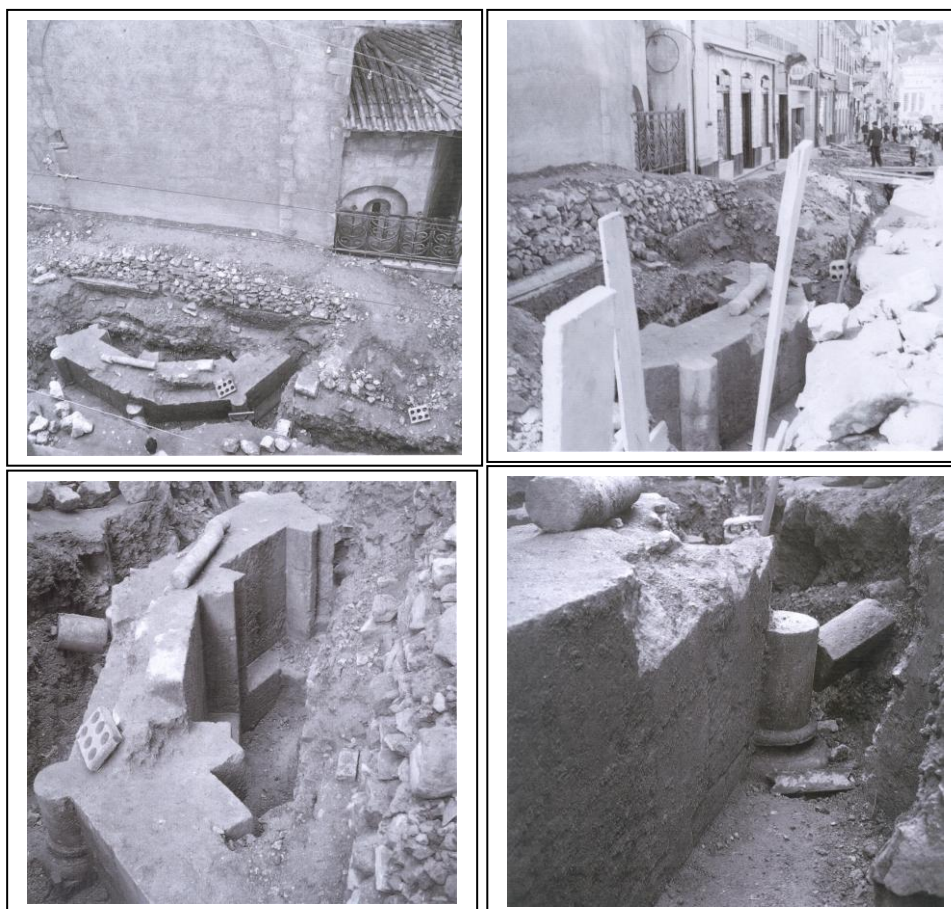


Ilustração 39: Imagens várias dos vestígios da cabeceira. Fotos nº96325, 96328, 96332 e 96337 do arquivo da D.G.E.M.N..

. IGREJA DE S. TIAGO .

COIMBRA

RESTAURO DAS CAPILAS MÓR E LATERAL

As obras enfrentadas pela Câmara Municipal de Coimbra, de pavimentação da Rua Ferreira Borges, veio pôr a descoberto as fundações da antiga capela mór da Igreja de S. Tiago, sacrificada há cerca de 100 anos quando da rectificação do traçado daquela artéria.

O achado reveste-se dum interesse que dispensa quaisquer justificações ou referências, permitindo-nos a obtenção desses elementos a que apenas por conjecturas se atribuíam as mais variadas formas.

Se não se enfrenta de momento qualquer reconstrução, já que a cantaria teria de dominar o desenvolvimento dos estudos, além dos prejuízos de trânsito que tal solução traria numa das artérias comerciais de maior movimento da cidade, não há dúvida que se impõe a salvaguarda desse precioso achado arqueológico e uma das melhores e mais rápidas soluções parece-nos ser a que precisamente consta do presente processo, ou seja: cobrir todo esse conjunto com uma placa de betão armado, sobre a qual podem decorrer os trabalhos delineados pela C.M. de Coimbra.

Ilustração 40: Ofício da D.G.E.M.N. sobre S. Tiago, com curiosas referências à cabeceira da igreja.

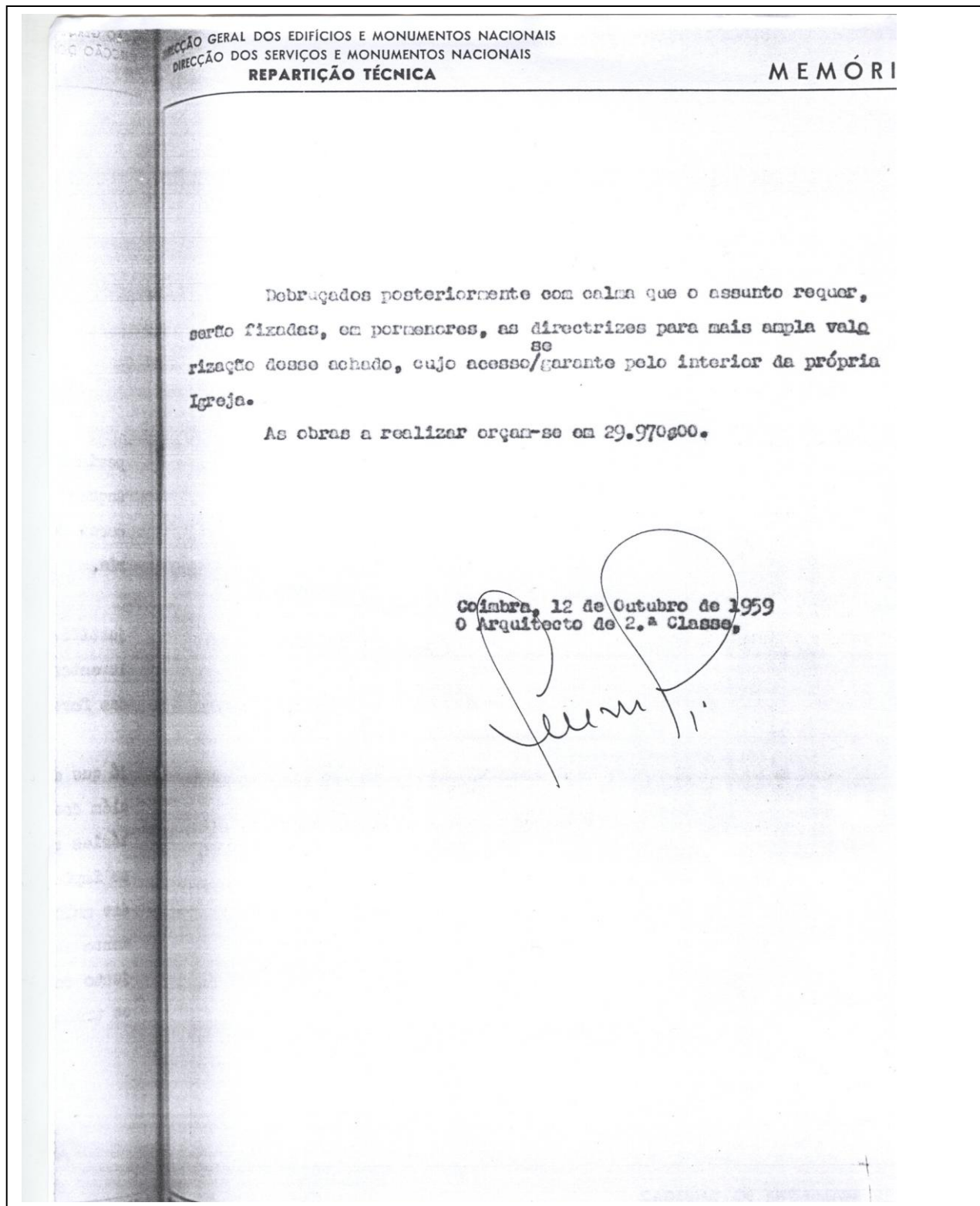


Ilustração 41: Idem, continuação.